



D-4

ANÁLISE DO PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Larissa Mamidio Dourado Almy (Acadêmica), Vanessa da Silva Carvalho Vila (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Sociedade
Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Contato: mamidioenf@gmail.com; vscvila@uol.com.br

Trata-se de uma revisão narrativa desenvolvida com o objetivo de analisar a produção científica sobre a judicialização do direito à saúde no Brasil, identificar as principais áreas de assistência à saúde que demandam o acesso por via judicial e descrever as consequências favoráveis e desfavoráveis do processo via judicial para o usuário e o sistema de saúde. Foram analisados 20 artigos, publicados na língua portuguesa de 2005 até 2012, disponíveis nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências de Saúde. Por meio da análise crítica dos artigos, evidenciou-se que essa temática que tem sido pesquisada, principalmente, por farmacêuticos (35%) e médicos (25%). Os periódicos que mais publicaram foram a Revista de Saúde Pública e o Caderno de Saúde Pública. Evidenciou-se que a judicialização do acesso à saúde está relacionada às inúmeras demandas judiciais em que são exigidos tratamentos, concessão de medicamentos ou acesso às tecnologias não incorporadas pelo Sistema Único de Saúde, influenciados pelo Poder Judiciário. Evidenciou-se que as áreas assistenciais que geram ordens judiciais para garantir o acesso do usuário no Sistema Único de Saúde, 85% dos artigos analisados estudaram o acesso ao medicamento, denotando ser este o principal tema de estudo na área farmacêutica. A ação judicial tem dado retorno ao usuário em relação à adesão terapêutica, mas tem sido motivo de preocupação para os gestores de saúde em razão dos gastos que a compra desses medicamentos representam. A judicialização não deveria se apresentar como o caminho para o acesso a medicamentos, mas é compreensível que essas demandas se deem pela via judicial, quando o acesso previsto nas políticas públicas não está garantido em todas as instâncias da assistência farmacêutica no SUS.

Palavras-chave: 1) Direito à saúde; 2) Demanda judicial; 3) Sistema Único de saúde; 4) Acesso aos serviços de saúde

Apoio: PIBIC/CNPq

XIV Jornada de Iniciação Científica da PUC Goiás – 29 e 30 de outubro de 2013
Semana de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás
ISSN: 2177-3327